

Campesinato e Historiografia no Brasil. Comentários sobre Algumas Obras Notáveis¹

Guillermo Palacios

A historiografia brasileira moderna dedicada à história agrária tem tido uma notável dificuldade em trabalhar com categorias sociais que não se integrem diretamente ao complexo monocultor escravista. Este texto procura discutir algumas modalidades desse desconforto, intimamente vinculado a determinadas perspectivas teóricas, analisando as formas como a “história” dos grupos de cultivadores pobres livres, o campesinato da formação escravista brasileira, tem sido considerada por representantes das principais correntes historiográficas vigentes no país. Evidentemente, a seleção de autores e correntes não é exaustiva, e só pode ser compreendida — e justificada — no contexto do projeto de pesquisa ao qual me dedico desde 1984, e que busca, em termos gerais, resgatar materiais para uma história do campesinato nordestino entre inícios do século XVIII e o último quarto do século XIX, quando se constitui o chamado mercado de trabalho livre na região.

É notória e notável a falta de tradição dos estudos sobre história camponesa no Brasil. Embora algumas teses de mestrado, produto de programas disciplinares específicos desenvolvidos ao longo da década de 1980, trabalhem a questão — basicamente no Rio de Janeiro do século XIX, e, como é de se esperar, com documentação limitada² —, não existe praticamente nenhum estudo de fôlego que tenha tomado para si o encargo de discutir — com base em pesquisa razoavelmente abrangente — o papel que os homens e as mulheres livres e pobres do

imenso interior do país, engajados em sistemas agrários centrados em cultivos de subsistência, tiveram na conformação dos processos sociais, políticos e econômicos que constituem a História do Brasil — apesar desses grupos terem compreendido, grosso modo, nove décimos da população livre dos séculos da colônia e talvez uma proporção ainda maior durante o Império.³ Nem sequer o tão (externamente) intenso quanto efêmero e ambivalente surto de interesse pelos “estudos camponeses” na década de 1970 foi capaz de beneficiar, historiograficamente falando, esse enorme segmento da população do Brasil, embora na sua esteira tenham-se multiplicado com certa profusão os estudos referentes aos movimentos do campesinato e categorias afins nos últimos decênios.⁴ É bem verdade que a onda que atacou virulentamente os principais centros acadêmicos europeus e norte-americanos — com seus inevitáveis reflexos sobre seus similares na América Latina e em outros territórios periféricos ou semi-periféricos — tinha e tem no Brasil profundas e imperativas razões empíricas, localizadas nos movimentos sociais agrários da década de 1960, e em especial nas famosas Ligas Camponesas, na pressão pela reforma agrária e nas tentativas por estruturar um movimento de trabalhadores rurais no nível nacional.⁵ Mas o interesse dos estudiosos, por via de regra sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, projetou-se e continua a se projetar em direção ao futuro antes que mergulhar em períodos anterior-

res. Até porque (mas não só) a deusa epistemologia assim o manda.

Recentemente — a partir de meados da década de 1970 — alguns valiosos estudos foram publicados, versando sobre a história de um “tipo” de campesinato que costuma ser o único geralmente aceito enquanto tal — e ainda assim com reservas — pelo consenso dos cientistas sociais e praticantes das chamadas Ciências Humanas no Brasil; pelo menos em termos de “campesinato” com raízes históricas — embora estas não sejam muito profundas, ou então, não estejam enraizadas nem no território nem na História Colonial do Brasil. Falo, é claro, dos trabalhos sobre o colonato do café em São Paulo e sobre a emigração europeia para as províncias do sul do Brasil em geral — tanto estudos de especialistas brasileiros, notavelmente de São Paulo (ou trabalhando nas suas universidades e instituições de pesquisa), quanto de historiadores e sociólogos estrangeiros interessados num processo que deita sua origem nas especificidades da história da expansão do capitalismo na Europa.⁶ Assim, na medida em que essas obras abordam movimentos que — embora sejam qualitativamente similares — são historicamente diversos dos analisados neste trabalho, deixo de considerá-las aqui.

Vejamos então, brevemente, a visão construída pelos representantes das principais tendências historiográficas contemporâneas que se interessam direta ou indiretamente na história agrária do Brasil, sobre a inserção do campesinato — ou, mais genericamente, do conjunto das massas rurais — no processo geral da formação do país, em especial de um dos espaços coloniais por excelência, o nordestino. Um primeiro problema a destacar parece ser, como é freqüente, resultado de questões semânticas, derivadas do amplo leque de denominações utilizadas para denotar — histórica e historiograficamente — o campesinato regional dos primeiros séculos. Dizer isto não é livrar a cara dos dias de hoje a esse respeito, mas simplesmente restringir estes comentários ao período definido pela vigência da escravidão, pois

é de domínio público que até a segunda metade da década de 1950 tudo, menos “camponês”, era usado para denominar o pequeno produtor agrícola de gêneros de subsistência: “matuto”, “caipira”, “homem do campo”, “rurícola”, “colono”, “lavrador”, “agricultor de subsistência” — até o mais recente e desenvolvimentista “produtor de baixa renda”. Foi necessário que o próprio sujeito da oração, por assim dizer, assumisse o termo “camponês” na sua conotação política (ligas, movimentos, lutas) para que no Brasil fosse possível falar e escrever com certa descontração sobre esse tipo de populações.⁷ Então, se a própria “realidade” sócio-política tem olhado com tanta ambigüidade para esses grupos, não é de se estranhar em demasia que os historiadores — seres sabidamente caracterizados pela cautela e pela reticência como instrumentos metodológicos —, tenham tido igualmente grandes dificuldades e profundos escrúpulos teóricos e conceituais na tarefa de descrever ou definir como “camponesas” as populações rurais livres e pobres que, desde o século XVIII, se reproduzem no Nordeste brasileiro com base na agricultura de subsistência e no trabalho familiar. O problema se complica ainda mais quando se lembra que a questão da formação do campesinato e seu lugar no processo histórico geral do Brasil converteu-se, na década de 1960, em motivo de delicados desentendimentos teóricos, que transbordaram inteiramente os objetivos temáticos da produção historiográfica da época — pelo fato de serem quase todos os autores que se interessaram no assunto membros de uma dividida tradição marxista.

1. Caio Prado Jr.

O caso mais notável é, sem dúvida, o do ilustre historiador paulista Caio Prado Jr., ou melhor, a polêmica que teve nele uma das suas figuras centrais — versando, como é sabido, sobre a natureza “feudal” ou “capitalista” das relações sociais existentes no campo brasileiro nos jovens anos 60 deste século. Os termos desse maçante debate são de sobra conhecidos e nada mais longe dos meus propósitos do que entrar nele. É necessário

apenas lembrar, superficialmente, as questões principais para situar o objeto de estudo deste ensaio no contexto da polêmica. Discutia-se no fundo, como é sabido, o “tipo” de revolução que convinha ao Brasil, sendo que uma parte da intelectualidade militante de esquerda, apoiando a idéia de que obstáculos e “restos feudais” dominavam a questão agrária e impediam o desenvolvimento do capitalismo, advogava programas, táticas e alianças que correspondessem a uma “revolução burguesa”, “anti-latifundiária”. A outra vertente rebatia essa tese sustentando a natureza plenamente “capitalista” da agricultura brasileira e a necessidade de se preparar para o advento de uma revolução não mais “burguesa”, cujo tempo e oportunidade já teriam passado, e sim “socialista”.⁸ Na polarização doutrinária que delimitou os marcos do debate, “o camponês” e “o campesinato” passaram a envergar papéis de grande importância no ajuste de contas entre intelectuais e membros das diversas facções da esquerda marxista, e — por incrível que pareça neste fim de século — sua “existência histórica” esteve por alguns anos pendente do resultando da polêmica. De sobra dizer que os adeptos do “feudalismo” achavam o “campepinato” um dado líquido e certo na História do Brasil, mas geralmente com tantas deficiências e falta de profissionalismo nas suas análises e proposições⁹ que, de um ponto de vista, digamos, puramente intelectual, jogavam as simpatias de qualquer leitor medianamente informado para o lado contrário. Lá tronejava Caio Prado Jr., desmontando as fracas argumentações rivais e, de quebra, negando enfaticamente a existência do campesinato no Brasil e sublinhando (já), como alternativa, a preeminência do escravismo enquanto fator explicativo central da peculiar feição da questão agrária no Brasil da metade do século XX.

Mas, a despeito dos excessos partidários desse debate, a obra de Caio Prado Jr. é preciosa para qualquer estudo que lide com a formação do campesinato no Brasil, pelo menos por dois motivos principais. Inicialmente, é claro, por se tratar do primeiro

historiador brasileiro a abrir espaço em seus trabalhos para considerar — independentemente do acerto ou do equívoco das suas asserções — a situação dos segmentos “desclassificados” da sociedade colonial, como já foi justamente notado em outro lugar.¹⁰ Depois, porque apesar de erros eventuais e algumas generalizações comprometedoras, ninguém como ele “usou” a história com tanta propriedade para discutir a problemática social, econômica e política do Brasil contemporâneo. E nessa empreitada de fazer da história uma ciência “aplicada” ao presente, Caio Prado Jr. prestou aos “estudos camponeses” serviços inestimáveis, basicamente compendiados nas páginas de *A Questão Agrária e A Revolução Brasileira*, ambas escritas na primeira metade da década de 1960. Mas foi num trabalho posterior, *História e Desenvolvimento*, elaborado em 1968 e publicado em 1972, que Caio Prado Jr. deu a volta na sua própria obra e admitiu, finalmente, a existência “do que constituiria, na economia agrária da colônia, um setor propriamente camponês”.¹¹ Para chegar a isso passaram-se mais de 30 anos e quase uma dúzia de livros do autor sobre a História do Brasil. Vejamos breve, quase epidermicamente, essa evolução do pensamento pradiano.

A atenção de Caio Prado Jr. pelos grupos aqui chamados de “cultivadores pobres livres”, o campesinato da sociedade colonial, apareceu inicialmente em *Formação do Brasil Contemporâneo*, obra de 1942. Nela o autor desenhava a dicotomia básica da agricultura dos primeiros séculos do Brasil — dicotomia que ainda perdura em muitas regiões nas suas linhas essenciais, tanto na prática quanto nos esquemas analíticos historiográficos, sociológicos e econômicos. Como é sabido, ela se compunha de um setor produtivo dedicado à agricultura de exportação e outro concentrado em “atividades acessórias” que integravam uma “economia de subsistência”. Ambos esses sistemas sofriam, eventualmente, sobreposições que permitiam que o de “exportação” tivesse seus produtos consumidos internamente — isto é, convertia-se em “subsistência” —, enquanto que os produtos

típicos desta eram por sua vez igualmente “exportados” em determinadas conjunturas, como no caso do algodão. Dentro do chamado “setor de subsistência” aparecia porém uma importante subdivisão, que também daria lugar a diversas interpretações e refinamentos posteriores. De fato, a “agricultura de subsistência” colonial estava composta por dois sub-setores claramente diferenciados: de um lado os escravos e seu trabalho, voluntário ou compulsório, aplicado ao cultivo de alimentos dentro das terras das *plantations*, e do outro culturas alimentares que constituíam “lavouras especializadas” para o abastecimento de espaços urbanos, integradas por “até a insignificante roça, chácara ou sítio, onde não há escravos ou assalariados e onde o proprietário ou simples ocupante da terra é ao mesmo tempo o trabalhador”. Um esclarecimento a seguir, porém, acabava com qualquer esperança de que tais “ocupantes” — os “sem-terra” coloniais — fossem tratados entanto que integrantes de segmentos social ou economicamente definidos como camponeses. Pelo contrário, argumentava o autor, o “ocupante”

“ocorre frequentemente sob a forma de agregado dos grandes domínios [...] trabalhador rural a quem o proprietário cede, em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de se estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio [...] sob o aspecto econômico ele faz as vezes de um pequeno produtor autônomo”.¹²

Mas, independentemente da substância quase-feudal das categorias empregadas para definir os pobres livres rurais nos séculos da colônia, um certo determinismo econômico pouco elaborado, misturado com argumentos de origem evolucionista, convergiam para moldar e adaptar o perfil social dos integrantes desses segmentos, os habitantes das áreas de “agricultura de subsistência”, a uma atividade produtiva dada:

“as populações que nelas se fixaram, populações marginais de baixo teor de vida na maioria, aí se encontram só porque não acham lugar nas zonas de maiores pers-

pectivas que são da grande lavoura. A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização [...] um elemento humano residual, sobretudo mestiços de índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então brancos degenerados e decadentes.”¹³

A citação é longa, mas é extremamente importante porque resume uma visão que, com ligeiras modificações, atualizações e, certamente, depuração de termos inconvenientes, perdurará nas suas linhas principais na obra de Prado Jr. para definir os segmentos “desclassificados” do campo e, por sua vez, desclassificá-los para servirem como fundamento da existência de um campesinato colonial. Assim, em páginas posteriores de *Formação do Brasil*, ele volta com singular veemência a tratar da natureza “inferior” das populações dedicadas à agricultura de subsistência, advertindo que a estrutura social da colônia estava constituída, fundamentalmente, por um punhado de senhores e uma multidão de escravos, a “massa trabalhadora”. Ambos esses segmentos formavam os grupos perfeitamente “bem classificados” do sistema entanto que, entre eles “comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e dos inadaptados [...] Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde veria o povo brasileiro.”¹⁴

Três anos depois — 1945 — apareceu a *História Econômica do Brasil*, obra destinada a apresentar uma visão geral do tema na qual, compreensivelmente, o autor comete freqüentes auto-citações textuais de *Formação do Brasil*, sobretudo no que diz respeito ao objeto deste estudo. A repetição textual, porém, não deixa ainda assim de significar um certo empobrecimento no já genérico (e irritado) tratamento dado à questão. Pois, se por um lado em 1945 um maior rigor na terminologia elimina termos como “domínio”, “vassalagem”, ou “hierarquia”, que pode-

riam sugerir ambivalências na fonte teórica da interpretação, por outro a aplicação dessa preocupação ao campo específico do objeto deste texto resulta na desaparecimento definitiva dos “ocupantes” como grupos a serem considerados na História do Brasil — pelo menos de forma independente. De certa maneira, a dependência estabelecida por Caio Prado entre “ocupante” e “proprietário da terra”, isto é, a simbiose reducionista de “ocupante” com “agregado”, sonega literalmente a imensa maioria da população rural da colônia e a desqualifica como protagonista da História do Brasil, passando a batuta deste processo à grande propriedade, à grande lavoura, à agricultura de exportação, ao capital enfim. Assim, as “lavouras especializadas” de *Formação do Brasil* aparecem agora depuradas de ambigüidades e “especificidades” coloniais ou escravistas, e centradas na figura do “proprietário”, associado ao qual aparece finalmente o “camponês”:

“Forma-se assim, um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura, e cujo sistema de organização é muito diverso. Trata-se de pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês europeu em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por pequeno número de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo”.¹⁵

Duas décadas se passariam antes que Caio Prado voltasse a tocar no assunto da formação econômica e social no Brasil e, especialmente, da — já por então — espinhosa “questão agrária”. Mas em alguns dos artigos reunidos na coletânea que leva esse título,¹⁶ Prado Jr. oferecia uma visão bem mais equilibrada e menos visceral das populações pobres do campo do que nas suas obras anteriores. Preparava-se a batalha contra os “feudalistas”, na qual o campesinato, isto é, sua negação ou sua afirmação, convertiam-se em pedões de um particular jogo teórico e tático pela revolução. Porém, embora com maior sofisticação, a linha de argumentação escolhida continuava sendo a de definir o campesinato no Brasil pelo que ele não é nem nunca foi — quer dizer, proprietário

parcelar como seu congênere europeu, para depois negá-lo por não se ajustar ao modelo escolhido, ao invés de procurar defini-lo pelo que ele efetivamente tinha sido na História do Brasil. De passagem, os “desclassificados” e os “degenerados e decadentes” dos trabalhos anteriores converteram-se agora em indivíduos da mesma espécie que tinha definido anteriormente os escravos: “massa trabalhadora” — o termo santificado por um tipo de rigor marxista avesso à sutileza e à diferenciação:

“Senão, vejamos. Os sucessos da exploração agrária se devem no Brasil, em primeiro lugar, à larga disponibilidade de terras em cuja apropriação não concorreu com o número relativamente reduzido dos empreendedores da exploração agrária do País, e que se tornaria sua classe dominante, nenhum outro contingente da população. A massa escrava, mais tarde, apenas recém-egressa da escravidão, bem como os imigrantes que a partir do século passado vieram reforçar os contingentes de trabalhadores do campo brasileiro, nunca estiveram em condições de seriamente disputar para si o patrimônio fundiário da nação [...] O papel que historicamente sempre coube à massa trabalhadora do campo brasileiro — salvo as exceções, relativamente insignificantes, dos colonos do extremo sul do País e do Espírito Santo —, e que ainda cabe, é tão-somente, no essencial, o de fornecer mão-de-obra à minoria privilegiada.”¹⁷

Como se vê, a ampliação semântica de “massa trabalhadora” serviu apenas para soterrar novamente qualquer vestígio de cultivadores livres pobres não-vinculados à economia de *plantation* — que é, em definitivo, a que importa e interessa. A “massa da população rural”, dessa maneira, só pode chamar a atenção da História do Brasil e dos seus estudiosos, na medida em que ela “se formou e constituiu, precisamente, para esse fim de proporcionar mão-de-obra”.¹⁸ Assim reconsiderados, os segmentos de população “residual” que nas obras anteriores do autor se localizavam naqueles nebulosos setores de “agricultura de subsistência”, arrastando suas vidas miseráveis, perdem qualquer na-

tureza produtiva e até o preconceituoso universo de características sócio-culturais que antes se lhes atribuía, para serem agora enquadrados dentro da “classe fundamental” de uma economia colonial “capitalista”. Isto tudo por causa de um ajuste no enfoque teórico do autor paulista e não como resultado de pesquisa suplementar. A visão naturalmente se empobrece conforme a explicação se torna mais rígida e irrefutável: o “sentido” da colonização de Prado Jr. traduzia-se, para os cultivadores pobres livres, no “precisamente” antes citado.¹⁹

Finalmente chegamos a *A Revolução Brasileira*, publicada em 1966. Nessa obra, a última contribuição de fôlego do autor para a discussão dos problemas e das encruzilhadas da conjuntura brasileira dos anos 60, a polêmica no interior das correntes partidárias da esquerda marxista, com destaque para as divergências dentro do próprio Partido Comunista Brasileiro, ocupam já um espaço proeminente e é em função delas que a questão do campesinato vai ser mais uma vez discutida pelo autor. Porém, mais calibrado e cauteloso nas suas proposições, Prado Jr. inicia aqui a longa volta por cima para reconsiderar o estatuto histórico dos pequenos cultivadores de subsistência. Depois de tê-los identificado como segmentos marginais, quase no sentido do termo inglês “mob”,²⁰ nas suas primeiras obras e de tê-los indiferenciado e assimilado, em trabalhos intermediários, às “massas trabalhadoras”, o historiador paulista procede então a uma paulatina aproximação entre cultivadores de subsistência e as categorias de “camponês” e “campesinato” — embora estas sejam ainda atribuídas tacitamente a grupos sociais resultantes de processos recentes e não a populações da colônia. De fato, nesta não teria havido, “como nas origens do agrarismo feudal, a constituição do latifúndio na base e em superposição a uma economia camponesa preexistente e que se perpetuou em seguida como objeto da exploração pelos latifundiários feudais”. Pelo contrário,

“o que corresponde no Brasil a uma economia camponesa, constitui historicamen-

te, no geral, a negação da grande exploração, pois resultou em regra da decomposição e destruição da grande exploração pelo parcelamento da base fundiária em que ela se assentava [...] Efetivamente, o que no Brasil constitui propriamente a economia camponesa (a exploração parcelária e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção, em terras suas ou arrendadas), isto representa via de regra um setor residual da nossa economia agrária”²¹

Já estamos, por fim, no terreno da reconsideração dos fatos e das interpretações — e alguma coisa se vislumbra no Brasil colonial que corresponde a uma economia camponesa, embora o modelo continue firmemente aferrado à tradição européia. Veremos que em *História e Desenvolvimento*, conforme citado no princípio deste aparte, essa correspondência escorrega suavemente para um reencontro pleno entre o sujeito e seu conceito. Teríamos então, no último trabalho publicado de Caio Prado Jr., a junção das mesmas características por ele próprio apontadas ao longo da sua obra para ilustrar a ínfima qualidade da agricultura de subsistência no Brasil Colonial (e Contemporâneo) e a natureza não inteiramente recomendável dos seus praticantes, com a categoria social que ele relutou em empregar para identificá-los. Mas é precisamente pelo impressionante rosário de “defeitos” que precedem sua designação, isto é, porque a própria substância do conceito o desqualifica para ser empregado em postulados teóricos, que a reunião se torna paradoxalmente possível, nestes termos:

“É interessante notar estas circunstâncias que retratam a pequena importância e significação do que constituiria, na economia agrária da colônia, um setor propriamente camponês”.²²

Em que pese o seu papel pioneiro na incorporação dos “desclassificados” à narrativa histórica no Brasil — por mais formalmente apressada e discutível que tenha sido — e a despeito da sua importância na sua obra acadêmica, principalmente em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado não dei-

xou — talvez pelo caráter amplo do seu vóo — uma “escola” que continuasse determinada perspectiva na pesquisa nos estudos históricos. Sua influência, pelo contrário, estendeu-se (e diluiu-se) na historiografia brasileira posterior, não raro na forma elementar e básica que rende com frequência o impacto das obras clássicas praticamente imperceptível.

2. A Sociologia Histórica da USP

Bem diferente é o caso de outras vertentes da moderna pesquisa histórica no Brasil que, embora não tratem particularmente do objeto em pauta, isto é, do campesinato colonial e da sua participação no processo histórico geral do país até as décadas finais do século XIX — e geralmente sequer a ele se referiram (nem mesmo da forma um tanto quanto “lírica” de Prado Júnior) — interessam no entanto pelo peso determinante que tiveram — e continuam a ter — na orientação dos rumos subseqüentes da pesquisa e da reflexão sobre a história brasileira. Rumos que, traçados por vezes com uma combinação nem sempre bem dosada de pesquisa empírica e teoria, não deixam de ser elementos que contribuam categoricamente para “ocultar”, nas entrelinhas do discurso acadêmico marxista, a já por si vaga e quase imperceptível face dos cultivadores pobres livres conforme ela aparece — um desenho apagado, freqüentemente mais uma insinuação do que um registro — na documentação com que costuma escrever-se a História do Brasil. Refiro-me, naturalmente, aos prolíficos e provocativos estudos sobre o escravismo brasileiro, surgidos 30 anos atrás nas obras iniciais de Florestan Fernandes e seus alunos, acompanhados de perto e por vezes superados — em rigor historiográfico senão em enfoque teórico — pelo trabalho de alguns dos primeiros “brasilianistas”, reforçados todos pela renovada convicção dos estudos de Ciro F. S. Cardoso em princípios da década de 1970, e aparentemente exauridos, pelo menos por enquanto, na densa e polêmica obra de Jacob Gorender.²³

De fato, como é até certo ponto lógico e compreensível, a problemática do escravismo no Brasil, sobretudo para quem partici-

pou da elaboração dos estudos pioneiros, parecia ser precisamente a negação de uma ordem na qual populações como as que são focalizadas neste trabalho poderiam ser consideradas partícipes legítimas e “historiáveis” da sociedade, economia e cultura de uma determinada formação social. Ao contrário do que teria sido o caso, por exemplo, do escravismo antilhano, que, apesar da sua condição dominante como forma de organizar a produção e o trabalho, conviveu com segmentos histórica e antropológicamente “aceitos” como camponeses e que se originaram e consolidaram, em resistência, como uma contradição dialética do sistema geral.²⁴ Como não teria sido o caso do sul dos Estados Unidos da América, sob o qual, salvo engano, jamais se levantou a hipótese de uma camada “camponesa” (evidentemente *farmer* não corresponde) em qualquer tipo de articulação ou relação de marginalidade com o sistema dominante de controle social do trabalho; como não teria sido tampouco o caso do Brasil onde, como vimos em páginas anteriores, Caio Prado argumentou veementemente, esgrimindo a inexistência “prévia” de uma sociedade camponesa para inviabilizar, entre outras coisas e processos, a síndrome feudal.

A esse quase imperativo metodológico dos primeiros estudos sobre o significado do escravismo entanto que negação de uma sociedade de livres “economicamente ativos”, há que acrescentar a qualidade e complexidade de várias dessas obras, praticamente sem precedentes (à época da sua aparição) em termos de pesquisa em fontes primárias e/ou secundárias e de competência analítica — e pelo fato de estarem de maneira geral firmemente apoiados em perspectivas marxistas modernas. Misture-se isso tudo com as implicações teóricas resultantes e a sua abrangência como elementos explicativos da peculiar inserção da economia brasileira no mercado mundial e das especificidades da sua estrutura de classes, e teremos a força avassaladora que — mais do que todos os esforços de Caio Prado — conseguiu em poucos anos sumir (de novo) com os culti-

vadores pobres livres do mapa da história do Brasil.

Não que estes, é claro, pudessem concorrer, entanto que sujeitos de sistemas produtivos unificadores da sociedade como um todo, com o escravismo na sua época áurea, isto é, na primeira metade do século XIX — e que nessa medida as obras a que estou fazendo referência tivessem praticado algum tipo de “falácia” nas suas interpretações da história social e econômica do Brasil. É óbvio que não. Mas o que sem dúvida parece ter acontecido e estar ainda acontecendo nas linhas de pesquisa derivadas desse núcleo de estudos é um certo *superdimensionamento* — para além de um exame, digamos, equânime, da documentação — da função do escravismo como pedra fundamental da sociedade brasileira, e sobretudo a evidente superestimação da sua historicidade como relação de produção hegemônica. Porque se, por exemplo, o domínio do escravismo parece incontestável no período mencionado, o mesmo não se pode dizer tão facilmente do século XVIII (com exceção, é claro, do trabalho nas minas), quando teve que lutar em várias frentes para se impor. Mas, como a história a escrevem os vencedores, e o escravismo, como sistema, não deixa de ser um vencedor de diversos embates contra outras formas não-compulsórias de organizar a produção, temos pois aí o extraordinário poder da sua versão.²⁵

Na sua primeira onda de expansão, nos trabalhos originais de Fernandes, Cardoso, Ianni, e até no clássico livro de estréia de Emilia Viotti da Costa, a aventura intelectual de dar forma, finalmente, a uma interpretação moderna — “científica”? — da História do Brasil — *descobrimo avidamente no escravismo a cartilagem e o próprio tecido do real* — certamente ofuscou de maneira integral qualquer outro segmento social que não fizesse parte da relação primordial senhor-escravo, ou que não fosse diretamente derivado dela. Os pobres livres do campo ou das vilas e cidades aparecem geralmente nessas obras apenas nos capítulos finais, dedicados com frequência à “transição ao trabalho

livre”, quando o escravismo começava a ser substituído por um outro sistema de trabalho (e de recrutamento, crucialmente) que “capturava” essas camadas da população e, assim, as “introduzia” na história. É necessário levar em consideração, é claro, que a maior parte dos estudos citados lida com o escravismo do século XIX, não raro enfatizando o período do declínio pós-1850, isto é, momentos em que, conforme adverti alhures, a pauperização e lumpenização dos pobres livres, sobretudo dos cultivadores autônomos, era já universal.²⁶

Talvez por estarem ocupados de corpo e alma nas implicações da construção teórica pela qual foram em boa hora responsáveis, isto é, nos desdobramentos da “decodificação” da importância fundamental do escravismo (muito mais do que simplesmente um “tipo” de mão-de-obra agrícola) para explicar a sociedade brasileira do século XIX e as “seqüelas” transmitidas à organização política e sócio-econômica do Brasil republicano, talvez seja por isso, repito, que alguns membros desse brilhante conjunto de cientistas sociais e historiadores da chamada “escola da USP”²⁷ tenham desenvolvido um aparente desprezo, até certo ponto explícito, pelas *trajetórias dos pobres livres* — reproduzindo o mesmo estigma que estes sofreram na sua própria e contemporânea sociedade. Um dos mais notórios membros dessa geração, Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, num artigo de duas décadas atrás, resumia da seguinte maneira sua posição diante desses grupos sociais:

“Em todo este processo de “passagem”, os escravos, os índios, os peões livres, os libertos, os “camponeses”, são os testemunhas mudos de uma história para a qual não existem senão como uma espécie de instrumento passivo sobre o qual operam as forças transformadores da história. Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os “rebeldes primitivos” da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível!”²⁸

Poderia ser a contundente condenação de uma historiografia preocupada apenas

com os “fortes” e com os “ganhadores”, e da forma como essa “disciplina” assim conformada pelos próprios interesses dominantes esconde e manipula, fazendo ideologia, os processos históricos reais. Mas não, é uma frase dita no sentido aparente e que, além de trocar “história” por “historiografia” (onde poderíamos endossar a visão do autor), é o tipo de argumento que garante sua própria comprovação — mas que leva igualmente implícita na sua estrutura tautológica a descrição da sua falha. Pois, convenhamos, ninguém que se aproxime da história, por exemplo, dos cultivadores de mandioca do litoral pernambucano no final do século XVIII, com uma hipótese que determina serem eles grupos que pertencem “às páginas dramáticas da história dos que não têm história”, vai achar coisíssima alguma — que não seja, é claro, que esses grupos efetivamente “não têm história possível”. O curioso é que essa afirmativa está inserida num contexto introdutório a comentários referentes à única obra saída da mesma “escola” — contemporânea a todas as anteriormente mencionadas — que trata da sociedade dos livres, e que difere, tanto no enfoque quanto em questões metodológicas e seleção de fontes, das suas congêneres. Trata-se evidentemente do já clássico *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sylvia Carvalho Franco, publicado em 1969.

Esse trabalho, apresentado como tese de doutorado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1964, prima pela excelência e pelo rigor teórico e metodológico, dentro da perspectiva específica de analisar o mundo particular dos homens livres nas suas *relações individuais*, a partir das quais a autora, como adverte na introdução, procura apreender “as situações sociais como conjuntos significativos de relações”.²⁹ Isto parece estar intimamente vinculado ao tipo de fontes escolhidas ou privilegiadas pela pesquisa, quer dizer — “talvez a única fonte para a reconstrução histórica das relações comunitárias: os processos-crimes”.³⁰ Como é de se esperar, a própria natureza da documentação orienta a

reflexão para o estudo de situações individuais conforme teorizadas por Weber. Assim, parafraseando a autora, se de fato “não cabe a arguição de que a violência ressaltou porque esquadrinhei uma documentação especializada nela”, a violência *individual* certamente se beneficiou da fonte.³¹

Isso, logicamente, não invalida em nada nem os caminhos da reconstrução do universo dos homens livres e pobres nem muito menos condiciona os postulados ou relativiza as conclusões de Franco, com as quais é necessário concordar plenamente desde que se atente (e aqui está o nó da relativização) para as especificidades do caso estudado; mas limita seu alcance porque apoiadas num enfoque teórico que ocupa grande parte das preocupações da pesquisa, e que representa metodologicamente um claro preconceito com relação a estudos que procuram discutir os espaços da *representação coletiva* dos pobres livres rurais na sociedade dos séculos dezoito e dezenove. Outra diferença está centrada no espaço geográfico propriamente dito em que a autora desenvolveu sua pesquisa, “a velha civilização do café que, no século XIX, floresceu nas áreas do Rio de Janeiro e de São Paulo pertencentes à região do Vale do Paraíba”. É necessário advertir, porém, que embora o título do livro de Franco seja o que é, e ela se preocupe em situar os livres na sociedade escravista, a maioria esmagadora das referências cartoriais por ela utilizadas referem-se às décadas de 1880 e 1890. Seria válido (e óbvio) argumentar que os acontecimentos objeto dos diversos processos-crimes citados são anteriores ao início da ação judiciária, e remetem pois a base de análise a anos que precederam esses momentos. Mas isso não basta para lhes tirar uma característica a todas luzes fundamental e inocultável: são situações ocorridas não mais na “ordem escravocrata”, e sim *na sua dissolução*.

No fundo trata-se, de novo, do constante problema das ciladas da historicidade e da periodização. Porque embora a autora esteja plenamente consciente desse tipo de armadilha no nível macroconceitual, querendo “evi-

tar os perigos do esquema escravismo-feudalismo-capitalismo nas interpretações da sociedade brasileira, as quais, mesmo em versões sofisticadas, fazem *tabula rasa* das dificuldades de periodização histórica,³² em momento algum ela situa suas conclusões com essa preocupação aplicada à dimensão da elasticidade temporal dos seus sujeitos, nos advertindo da peculiaridade de se tratar de um momento de desagregação da “ordem” que ela está trabalhando. Assim damos de cara novamente, como em vários dos autores anteriormente tratados, com os imponderáveis históricos que trafegam no tempo sem lenço e sem documento, sem identificação e sem data, e que reduzem a história a um conjunto de fenômenos, não de processos. Daí a hieratização de elementos e relações que deveriam ser observados numa profundidade que, de alguma maneira, superasse a historicidade interna do universo escolhido para a pesquisa. Daí que, como a mitológica *plantation* por sempre dominante, apareçam também os cultivadores pobres livres perpetuamente vestidos com figurinos que só adquiririam, de fato, a partir do triunfo das grandes unidades escravistas e da perda integral da sua autonomia:

“Sua revolta e sua violência — como a do escravo, mas noutro nível — caracterizou-se mais como um ato individual do que como um movimento social”.³³

No entanto, é claro que nada disso retira o débito que a pesquisa sobre o campesinato no Brasil escravista tem com o estudo de Franco, sobretudo naquilo que ele tem efetivamente de apreensão de “conjuntos significativos de relações”. Trata-se de argumentar apenas, contra a autora e os que concordam com as posições por ela sustentadas, que a “individualização” da problemática dos pobres livres do campo, a atomização do seu trato e das suas relações, foi o *resultado de um processo* específico de confronto com a *plantation* — sem dúvida um dos aspectos mais dramáticos da sua subordinação aos interesses da grande unidade escravista de produção. O isolamento imposto aos “sitiantes” e aos “agregados” nas décadas finais do

século XIX nada mais foi do que um elemento central à estratégia de transição dos grupos hegemônicos da sociedade agrária brasileira. Nunca uma determinante estrutural, a-histórica, do sistema.

3. O Modo de Produção Escravista Colonial

Resta, por último, comentar brevemente o trabalho dos principais formuladores da interpretação do escravismo brasileiro como “modo de produção”, e situar dentro desse esquema analítico e conceitual a posição que cabe ao campesinato ou aos cultivadores livres e pobres — no caso, do nordeste do Brasil.³⁴

Os estudos de Ciro F. S. Cardoso, já citados em páginas anteriores, ocupam-se primordialmente, como é sabido, com a consideração da natureza específica das áreas escravistas na América, e com a conceituação desses sistemas de trabalho como “modos de produção” peculiares à história continental. Isso partindo da premissa de que

“las formaciones sociales de América colonial se caracterizan por estructuras irreductibles a los modos de producción elaborados por Marx a partir del estudio de la evolución mediterránea-europea”.³⁵

Nessa empreitada, Ciro Cardoso acompanha os passos da pesquisa norte-americana sobre “the peculiar institution”, e particularmente os trabalhos de história comparada de Eugene D. Genovese e outros.³⁶ O reconhecimento da viabilidade da existência de segmentos camponeses “legítimos”, “orgânicos” e “autênticos” dentro das formações dominadas pelo escravismo aparece no esquema deste autor como uma decorrência natural do raciocínio que procura estabelecer o estatuto teórico do “modo de produção escravista”. É, naturalmente, um grande passo para tentar “acomodar” esses grupos — inegavelmente presentes nas diversas histórias regionais — nos interstícios da interpretação marxista da história agrária da América Colonial. O avanço resolve os dilemas teóricos e metodológicos enfrentados por outros autores, sobretudo por aqueles de alguma maneira comprometidos com a perspec-

tiva da “diferenciação do campesinato” ou do “capitalismo colonial”, pois implica em desenhar um esquema interpretativo em que a convivência dessas duas formas diversas de organizar a produção seja funcionalmente possível. Isto acontece usando o conceito de “formação social” e, sobretudo, procedendo a uma leitura de Marx que enfatiza e sublinha os “modos de produção secundários” dentre os quais se localiza a organização camponesa entanto que “pequena produção mercantil”.³⁷

No sentido estrito, o escravismo é igualmente plausível de ser identificado como um “modo de produção secundário” se inserido no rol dos “modos” que, nas interpretações ditas evolucionistas do marxismo, “precederam” o advento do Modo de Produção Capitalista. Mas, na medida em que o esforço teórico de Ciro F.S. Cardoso *et al* procura exatamente estabelecer o peso fundamental do escravismo na constituição das estruturas primordiais das sociedades em que ele se desenvolveu plenamente, o epíteto de modo de produção “secundário”, se adequado em função de uma observância literal do (incompleto) pensamento de Marx sobre o assunto, e especialmente desde uma perspectiva eurocentrista, é no entanto claramente inadequado e insuficiente no contexto da história de sociedades como a brasileira. Aparece então, entre o modo de produção “pleno” e o “secundário”, a noção de “modo de produção dependente” para significar o fato colonial.³⁸ Trata-se de um modo extremamente subordinado mas que, longe de ser “secundário”, domina internamente a formação social em que cresce, e nessa formação e sob esse domínio é que vão se situar agora, sem mais arestas teóricas, as “sociedades camponesas”, as comunidades de cultivadores pobres livres. Porque o escravismo, para ser “modo”, implica na recuperação da categoria empírica de “formação social” dentro da qual ele convive como um modo dependente para com o “exterior”. Aceito o “caldo” em que o modo se estrutura, a lógica e o rigor científicos mandam registrar também, internamente, os modos “secundários”, “subordi-

nados”, ou, enfim, de alguma maneira “articulados”, e que justificam a dominância do modo principal.

Infelizmente, nem nesse nem no outro artigo dedicado a discutir as principais questões teóricas envolvidas na consideração do escravismo como “modo dominante” o autor se refere especificamente ao caso brasileiro, preferindo antes utilizar sua extensa erudição para refletir sobre a história das Antilhas, que ele conhece muito bem,³⁹ ou então sobre a dos Estados Confederados do Sul. Em alguns momentos Ciro Cardoso aproxima-se do caso das situações “camponesas” do continente (mas afasta-se rapidamente remetendo o leitor aos trabalhos de Mintz) em função das quais elabora uma relação de “modalidades do fenômeno camponês sob o regime escravista de tipo colonial”.⁴⁰ Mas embora não aprofunde nenhuma dessas modalidades, com exceção da “brecha camponesa” — o “protocampesinato escravo” de Mintz⁴¹ —, fica no entanto, ao lado da formulação de “modo de produção escravista colonial”, o espaço explícito para estudar e analisar, historicamente, o campesinato no escravismo.

Coube finalmente a Jacob Gorender o mérito de ter colocado a substância para recheiar, em termos do Brasil, o esqueleto conceitual que C. Cardoso e ele próprio elaboraram. Lamentavelmente, os interessados na discussão da história camponesa temos de nos contentar apenas com umas leves — porém animadoras linhas. De fato, no seu discutido *O Escravismo Colonial*, os cultivadores pobres livres aparecem enfim como segmentos numerosos da população agrária, com direito a um espaço próprio e a uma consideração diferenciada dentro dos processos históricos gerais do Brasil durante os séculos de vigência do escravismo, embora se apresentem apenas — ninguém é perfeito — como “categorias heterogêneas ao conceito de escravismo colonial”.⁴² Isto é facilmente compreensível, não só por causa da “importância” de fato ínfima desses grupos — enquanto, como diz F. H. Cardoso, “forças transformadoras da história, mas porque

Gorender está inteiramente tomado pela missão de esgotar o análise do que ele considera central para entronizar o escravismo como um "modo de produção historicamente novo",⁴³ Assim pois — tangencialmente — o campesinato convive com esse "modo dominante" constituindo-se como um "modo de produção marginal" integrado por "pequenos cultivadores não-escravistas independentes",⁴⁴ por sua vez divididos em sitiantes — isto é, proprietários de mínimos lotes de terra, e posseiros ou ocupantes. No entanto, apesar de serem assim qualificados de "independentes" num contexto social e jurídico em que termos desse tipo ("independência", "liberdade") carregam significados desconhecidos no uso atual, Gorender termina por considerá-los sob moldes que não se afastam em demasia dos utilizados por outros autores que se aventuram na discussão de questões ligadas a essa parcela "desclassificada" da população do Brasil escravista. Na realidade, diz o autor, eram independentes apenas por se encontrarem fora da *plantation*, mas dependiam igualmente dela, fosse porque sua localização era possível por serem suas terras inapropriadas para a forma dominante de produção, fosse porque "precediam seu avanço, sendo depois expulsos por ela".⁴⁵ Porém, essa

"população livre despossuída [...] formada de agregados e posseiros, constituía, junto com os sitiantes minifundiários, a classe

camponesa da época, a classe camponesa possível numa formação social escravista".

É assim que após um longo caminho chegamos, aos poucos mas todos juntos, distantes quase 40 anos de *Formação do Brasil Contemporâneo* e das suas ásperas chamadas de atenção para com a massa dos desclassificados na colônia, a admitir a existência de uma população camponesa anterior a 1950, anterior à quebra (em grande parte não confirmada) da grande propriedade durante os anos 30, anterior inclusive à emancipação generalizada dos escravos e sua conversão em produtores livres de sua própria subsistência nos últimos anos do século XIX. Está claro que não há neste trabalho concordância com a natureza estrutural que Gorender imprime à subordinação do campesinato colonial para com — usemos o termo tão bravamente defendido pelo autor — a "plantagem" escravista, mas é igualmente claro que a consideração desses grupos no conjunto do desenvolvimento da sociedade escravista dá uma base sólida — embora estreita — para apoiar o cambaleante edifício que diversos estudos sobre história camponesa, recentemente elaborados ou em andamento, começam a er-
guer.

(Recebido para publicação
em junho de 1993)

Notas

1. Uma versão ligeiramente diferente do presente texto faz parte da "Introdução" da minha tese de doutorado, *Campesinato e Escravidão no Brasil, 1700-1817* (Palacios, 1992). Essa origem explica o predomínio da perspectiva nordestina na discussão sobre o campesinato que este artigo persegue.
2. A única publicada é Castro (1987), as outras são: Muniz (1979); Castro Faria (1986); Fragoso (1983). Sobre as províncias de Sergipe e Bahia, cf. Silva (1981). Salvo Fragoso, são todas produto do programa de pós-graduação em História Agrária da UFF.
3. Evidentemente, quem mais se aproxima é Maria Sylvania de Carvalho Franco com seu admirável *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, que comentarei brevemente em páginas a seguir; como proposta de pesquisa, veja-se o ensaio de Antonio Barros de Castro, "A Herança Regional do Desenvolvimento Brasileiro", in Castro (1971: v.1).

4. Sobre a “moda” do campesinato, ver o estimulante artigo de Shanin (1980). Veja-se também a perplexidade de um conhecido medievalista diante da súbita popularidade do campesinato em Hilton (1975: 6-11).
5. A esse respeito, Medeiros (1983), Camargo (1973) e Azevedo (1983).
6. Os estudos são numerosos e corre-se o risco de praticar injustiças numa relação que não seja exaustiva — que por sua vez não cabe aqui. Menciono apenas alguns estudos que se destacam pela sua importância como pontos de inflexão: Costa (1966), certamente o trabalho pioneiro e clássico sobre o tema. E mais: Martins (1979), Sallum Jr. (1985), Spindler (1979). Entre os autores estrangeiros: Hall (1969), Halloway (1980) e Stolcke (1986).
7. É claro que a multiplicidade de denominações jogou um papel importante, ainda não estudado, nas estratégias das classes dominantes agrárias, sobretudo durante as décadas de 1930 e 1940 quando, pelo menos no nordeste açucareiro, fizeram-se sentir fortes pressões sobre a terra partidas da população rural pobre da região. As discussões entre representantes dos patrões e funcionários do Ministério do Trabalho sobre a extensão ou não do salário mínimo ao campo, no fim da década de 1930, jogaram sistematicamente com essa indefinição. Cf. Palacios (1977).
8. Naturalmente, esse debate não foi exclusivo do Brasil, mas alastrou-se por toda a América Latina, impulsionado basicamente por dois trabalhos: Frank (1969) e Laclau (1971).
9. Cf., por exemplo, as anotações de um dos principais expoentes da tese “feudal” sobre o campesinato brasileiro, assim como a natureza de suas fontes: Guimarães (1977), especialmente pp. 105-106.
10. Souza (1982: 14-15).
11. Prado Jr. (1972: 46).
12. Prado Jr. (1942: 159). A ênfase na primeira citação é minha.
13. *Ibid.*, p. 161.
14. *Ibid.* A citação é de Couty (1881: 281).
15. Prado Jr. (1945: 42). Ênfase minha.
16. Prado Jr. (1979). Como se sabe, a obra reúne artigos escritos imediatamente antes do Golpe de 1964 na *Revista Brasiliense*.
17. *Ibid.*, p. 25. Ênfase minha.
18. *Ibid.*, pp. 25-26; conceitos semelhantes também em pp. 50-52. Ênfase minha.
19. A questão do “sentido” da colonização foi primeiro formulada por Caio Prado no capítulo assim intitulado de *Formação*, e se enquadra dentro de um certo determinismo que tem sido criticado alhures. Cf., por exemplo, Gorender (1978: 148-9).
20. Para uma discussão sobre essa categoria cf. Rudé (1981: 6-8).
21. Prado Jr. (1979: 62).
22. Prado Jr. (1972: 46).
23. Os estudos principais são: Fernandes, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*; Cardoso, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*; Ianni, O. *As Metamorfoses do Escravo*; e o já citado Costa, E. V. *Da Senzala à Colônia*. Entre os especialistas estrangeiros de primeira hora se destaca sem dúvida *Vassouras*, de Stein, S. J. publicado em 1957 e que embora não seja um trabalho específico sobre “escravismo” e sim sobre *plantation society*, foi, e é, uma pedra fundamental, até agora não igualada, nos estudos de História Agrária do Brasil. Entre os mais recentes: Cardoso, C. F. S., “Sobre los Mo-

Modos de Producción Coloniales de América” e “El Modo de Producción Esclavista Colonial en América”, ambos *in* Assadourian *et al*, *Modos de Producción en América Latina*; Cardoso, C. F., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*; Gorender, J. *O Escravidão Colonial*. Gorender aumentou recentemente a polêmica com *A Escravidão Rehabilitada*, onde guerreia ferozmente contra o que ele interpreta como visões apologéticas da escravidão presentes em estudos recentes.

24. Cf. Mintz (1974: 132-158).
25. Os excessos da interpretação de um escravismo sempre dominante em oposição a uma análise mais detalhada que lhe mostre a periodicidade e os momentos “chave” já foi criticada *in* Forman (1975), esp. cap. 2. Sobre sistemas agrários não-escravistas no Brasil setecentista veja-se Palacios (1987).
26. Palacios (1987).
27. Sobre a USP, consulte-se o artigo de Graham (1970) do qual me utilizei livremente nesta pequena revisão. Recentemente, Richard Morse (1990) incursionou, com verve, pelo mesmo território.
28. Cardoso (1975). O texto é originalmente de 1973.
29. *Ibid.*, p. 9.
30. *Ibid.*, p. 17.
31. *Loc. cit.*
32. *Ibid.*, p. 9.
33. Cardoso, F. H. (1975: 114), apoiando-se nas conclusões de Franco (1974: 215).
34. Ver *in* Shanin (1980: 54-71), uma oportuna e instrutiva discussão sobre os dois esquemas básicos de interpretação marxista da questão camponesa e seus desdobramentos e implicações. Uma variante muito bem estruturada desse esquema, que introduz um perverso elemento “oportunist-funcionalista” nos interesses do capitalismo na reprodução do campesinato, está, para o caso brasileiro, no notável texto de Martins, “A Produção Capitalista de Relações Não-Capitalistas de Produção” *in* Martins (1979). Em termos de América Latina, a revista *Estudios Rurales Latinoamericanos*, publicada pelo CLACSO, é freqüente “hospedeira” de matérias sobre esse assunto.
35. Cardoso, C. F. S. (1973: 142).
36. Sobretudo Genovese (1967) e (1969).
37. Cardoso C. F. S. (1973: 140.)
38. *Ibid.*, p. 142.
39. Ver por exemplo seu “Propriedade da Terra e Técnicas de Produção nas Colônias Escravistas da América Latina e das Antilhas no Século XVIII”, *in* Cardoso C. F. S. (1979).
40. *Ibid.*, “A Brecha Camponesa no Sistema Escravista”.
41. Mintz, (1974: 151-52).
42. J. Gorender (1978: 287).
43. *Ibid.*, p. 53.
44. *Ibid.*, p. 297.
45. *Ibid.*, p. 300.

Bibliografia

- Assadourian, Carlos Semprat *et al.*
1973 "Modos de Producción en América Latina", México, Cuadernos de Pasado y Presente.
- Azevedo, Fernando
1983 *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Camargo, Aspásia A.
1973 *Brésil Nord-Est. Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Tese de doutorado, 3.º ciclo. Universidade de Paris.
- Cardoso, Ciro F. S.
1973 "Sobre los Modos de Producción Coloniales de América", in Assadourian *et al.*, *Modos de Produção...*, *op. cit.*
1973 "El Modo de Producción Esclavista Colonial en América", in Assadourian *et al.*, *Modos de Produção...*, *op. cit.*
- Cardoso, Ciro F. S.
1979 *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis, Vozes.
- Cardoso, Fernando Henrique
1962 *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difel.
- Cardoso, Fernando Henrique
1975 "Classes Sociais e História: Considerações Metodológicas", in F. H. Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*. 3.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Castro, Antonio Barros de
1971 *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, v. 1.
- Castro Faria, S. S. de
1986 *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes*. Dissertação de Mestrado, UFF.
- Castro, Hebe Maria Mattos de
1987 *Ao Sul da História. Lavradores Pobres na Crise do Trabalho Escravo*. São Paulo, Brasiliense.
- Costa, Emilia Viotti da
1966 *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel.
- Couty, Louis
1881 *L'Esclavage au Brésil*. Paris, Lib. Guillaumin et Cie.
- Fernandes, Florestan
1966 *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo, Dominus, 2 v.
- Forman, Shepard
1975 *The Brazilian Peasantry*. New York, Columbia University Press.
- Fragoso, José L.
1983 *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul*. Dissertação de Mestrado, UFRJ.
- Franco, Maria Sylvania de Carvalho
1974 *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática.
- Frank, Andre Gunder
1969 *Capitalism and Underdevelopment in Latin America. Historical Studies of Chile and Brazil*. New York, Modern Reader Paperbacks.

- Genovese, Eugene
 1967 *The Political Economy of Slavery. Studies in the Economy and Society of the Slave South*. New York, Atheneum.
- 1969 *The World the Slaveholders Made*. New York, Vintage Books.
- Gorender, Jacob
 1978 *O Escravismo Colonial*. São Paulo, Ática.
 1990 *A Escravidão Rehabilitada*. São Paulo, Brasiliense.
- Graham, Richard
 1970 "Brazilian Slavery Re-Examined: a Review Article", in *Journal of History*, v. 3, n.º 4 (verão).
- Guimarães, Alberto Passos
 1977 *Quatro Séculos de Latifúndio*, 4.ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Hall, Michael M.
 1969 *The Origins of Mass Migration in Brazil, 1871-1924*, Ph.D. Dissertation, Columbia University.
- Hilton, Rodney H.
 1975 *The English Peasantry in the Later Middle Ages*. Oxford, Clarendon Press.
- Holloway, Thomas H.
 1980 *Immigrants on the Land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- Ianni, Otavio
 1962 *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo, Difel.
- Laclau, Ernesto
 1971 *Feudalismo y Capitalismo en América Latina*. Buenos Aires, Centro de Estudios de Economía Política.
- Martins, José de Souza
 1979 *O Cativo da Terra*, São Paulo, Hucitec.
- Medeiros, Leonilde S.
 1983 *A Questão da Reforma Agrária no Brasil, 1955-1964*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo.
- Mintz, Sidney
 1974 *Caribbean Transformations*. Chicago, Aldine Publishing Company.
- Morse, Richard
 1990 *A Volta de McLuhanatma. Cinco Estudos Solenes e uma Brincadeira Séria*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Muniz, C. M. L.
 1979 *Os Donos da Terra*. Dissertação de Mestrado, UFF.
- Palacios, Guillermo
 1992 *Peasantry and Slavery in Brazil, 1700-1817*. A Contribution to the History of the Free Poor Planters from the General Captancy of Pernambuco. Ph. Dissertation, Princeton University, 2 v.
 1987 "Campesinato e Escravidão no Brasil: Uma Proposta de Periodização para a História dos Cultivadores Pobres Livres do Nordeste Oriental do Brasil, c. 1700-1875". *Dados — Revista de Ciências Sociais*, vol. 30, n.º 3.
 1977 "Os Plantadores de Cana em Pernambuco, 1900-1945. Adaptação e Mudança de uma Elite Agrária "Tradicional"". In *Cadernos da ELAP-FGV*, n.º 1.

- Prado Jr., Caio
 1942 *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. São Paulo, Brasiliense.
 1945 *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
 1966 *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
 1972 *História e Desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense.
 1979 *A Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense.
- Rudé, George
 1981 *The Crowd in History. A Study of Popular Disturbances in France and England, 1730-1848*. London, Lawrence and Wishart, rev. ed.
- Sallum Jr., Basílio
 1985 *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista: 1888-1950*. São Paulo, Hucitec.
- Shanin, Teodor
 1980 "A Definição de Camponês: Conceituações", in *Estudos Cebrap*, 26.
- Silva, Francisco Carlos T. da
 1981 *Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria em Porto da Folha no Sertão de S. Francisco (1820-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFF.
- Souza, Laura de Mello e
 1982 *Desclassificados do Ouro — A Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro, Graal.
- Spindler, Cheywa. R.
 1979 *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Stein, Stanley J.
 1957 *Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850-1890. The Roles of Planter and Slave in a Changing Plantation Society*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Stolcke, Verena
 1986 *Cafeicultura. Homens, Mulheres e Capitais (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense.